



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

TRE/MS

Termo Contratual nº xxx/2019

Livro nº 2 – Fl.xx

Data: xx/xx/2019

ANEXO II - Contrato de prestação de serviços de impressão, por meio de disponibilização de IMPRESSORAS e MULTIFUNCIONAIS, decorrente do Pregão n. xx/2019, Procedimento Administrativo SEI 0012417-72.2018.6.12.8000, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral e a empresa xxxx.

Pelo presente instrumento a **UNLÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n. **XXXXXXX**, estabelecida na Av. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXXXXX**, representada neste ato por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade n. **xxxxx** SSP/xxx e do CPF n. **xxxxxx** doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2019 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520/2012, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de impressão, por meio de disponibilização de IMPRESSORAS e MULTIFUNCIONAIS, conforme as condições estipuladas neste Contrato e no Termo de Referência.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão n. xxx/2019;

1.3.2. Termo de Referência;

1.3.3. Acordo de Nível de Serviços;

1.3.4. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Os serviços de impressão, objeto desta contratação, compreendem:

- disponibilização e instalação de impressoras, em conformidade com as especificações e locais indicados nos Capítulos IV e V do Termo de Referência;
- fornecimento do papel sulfite para cópia/impressão, no formato A4 e A3;
- fornecimento de todos os materiais de consumo utilizados pelas impressoras para garantir seu bom funcionamento, tais como: toner, cilindros, kits fotocondutores, kits de revelação, recipientes de toner residual etc;
- treinamento aos servidores do TRE/MS que irão operar as impressoras;
- prestação de suporte técnico sobre a utilização das impressoras;
- realização de manutenção **ON-SITE**, isto é, no próprio local de instalação, das impressoras disponibilizadas, incluído o fornecimento de peças, mão-de-obra e materiais necessários, visando ao correto funcionamento das impressoras;
- substituição das impressoras disponibilizadas nos casos determinados neste termo de referência;
- prestação de suporte técnico quanto ao software de bilhetagem a ser fornecido pela contratada.

2.2. O detalhamento dos serviços indicados consta do Capítulo VI do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, sendo pagos valores mensais correspondente à prestação regular dos serviços.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS LOCAIS DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DAS MULTIFUNCIONAIS

4.1. Os equipamentos a serem instalados são os indicados na tabela abaixo:

TIPO DE EQUIPAMENTOS	MARCA / MODELO
Tipo 001 - Multifuncional Monocromática A4	
Tipo 002 - Impressora Laser Colorida A4	
Tipo 003 - Impressora Laser Monocromática A4	
Tipo 004 - Multifuncional Colorida A3	

4.2. As impressoras deverão ser entregues e instaladas nos locais indicados no quadro abaixo:

CARTÓRIOS ELEITORAIS	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	TIPO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
01ª ZONA ELEITORAL	Amambai	Rua Antônio Martins Dutra, 1521, Centro, CEP: 79990-000, Amambai - MS	tipo-001	1
01ª ZONA ELEITORAL	Amambai	Rua Antônio Martins Dutra, 1521, Centro, CEP: 79990-000, Amambai - MS	tipo-003	1
01ª ZONA ELEITORAL - PAE	Paranhos	Rua Josevaldo Cordeiro Manso, 1508, Centro, CEP: 79925-000, Paranhos - MS	tipo-001	1
02ª ZONA ELEITORAL	Naviraí	Av. Iguatemi, 159, Centro, CEP: 79950-000, Naviraí - MS	tipo-001	1
02ª ZONA ELEITORAL	Naviraí	Av. Iguatemi, 159, Centro, CEP: 79950-000, Naviraí - MS	tipo-003	1
03ª ZONA ELEITORAL	Cassilândia	Rua Antônio Paulino, 445, Centro, CEP: 79540-000, Cassilândia - MS	tipo-001	1
03ª ZONA ELEITORAL	Cassilândia	Rua Antônio Paulino, 445, Centro, CEP: 79540-000, Cassilândia - MS	tipo-003	1
04ª ZONA ELEITORAL - PAE	JATEÍ	Rua José Cornélio de Souza, s/nº, Centro, CEP: 79720-000, Jateí - MS	tipo-001	1
04ª ZONA ELEITORAL	Fátima do Sul	Rua Ipiranga, 841, Jardim Primavera, CEP: 79700-000, Fátima do Sul - MS	tipo-001	1
04ª ZONA ELEITORAL	Fátima do Sul	Rua Ipiranga, 841, Jardim Primavera, CEP: 79700-000, Fátima do Sul - MS	tipo-003	1
05ª ZONA ELEITORAL	Nova Andradina	Rua Walter Hubacher, 1220, Centro, CEP: 79750-000, Nova Andradina - MS	tipo-001	1
05ª ZONA ELEITORAL	Nova Andradina	Rua Walter Hubacher, 1220, Centro, CEP: 79750-000, Nova Andradina - MS	tipo-003	1
06ª ZONA ELEITORAL	Bataguassu	Rua Odorilho Ferreira, 248, Centro, CEP: 79780-000, Bataguassu - MS	tipo-001	1
06ª ZONA ELEITORAL	Bataguassu	Rua Odorilho Ferreira, 248, Centro, CEP: 79780-000, Bataguassu - MS	tipo-003	1
06ª ZONA ELEITORAL - PAE	Anaurilândia	Avenida Mato Grosso, 372, Centro, CEP: 79770-000, Anaurilândia - MS	tipo-001	1

07ª ZONA ELEITORAL	Corumbá	Rua Duque de Caxias, 45, Nossa Senhora de Fátima, CEP: 79320-060, Corumbá - MS	tipo-001	1
07ª ZONA ELEITORAL	Corumbá	Rua Duque de Caxias, 45, Nossa Senhora de Fátima, CEP: 79320-060, Corumbá - MS	tipo-003	2
08ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
08ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-003	1
09ª ZONA ELEITORAL	Três Lagoas	Rua Alfredo Justino, 1100, Centro, CEP: 79603-000, Três Lagoas - MS	tipo-001	1
09ª ZONA ELEITORAL	Três Lagoas	Rua Alfredo Justino, 1100, Centro, CEP: 79603-000, Três Lagoas - MS	tipo-003	2
10ª ZONA ELEITORAL	Aquidauana	Rua Nilza Ferraz Ribeiro, 400, Cidade Nova, CEP: 79200-000, Aquidauana -MS	tipo-001	1
10ª ZONA ELEITORAL	Aquidauana	Rua Nilza Ferraz Ribeiro, 400, Cidade Nova, CEP: 79200-000, Aquidauana -MS	tipo-003	1
11ª ZONA ELEITORAL - PAE	Nova Alvorada do Sul	Avenida Irineu de Souza Araújo, 1445, Jardim Eldorado, 79140-000, Nova Alvorada do Sul - MS	tipo-001	1
11ª ZONA ELEITORAL	Rio Brilhante	Rua Rio Brilhante, 1114, Vila Maria, CEP: 79130-000, Rio Brilhante - MS	tipo-001	1
11ª ZONA ELEITORAL	Rio Brilhante	Rua Rio Brilhante, 1114, Vila Maria, CEP: 79130-000, Rio Brilhante - MS	tipo-003	1
12ª ZONA ELEITORAL	Coxim	Rua General Mendes de Moraes, 86, Jardim Aeroporto, CEP: 79400-000, Coxim - MS	tipo-001	1
12ª ZONA ELEITORAL	Coxim	Rua General Mendes de Moraes, 86, Jardim Aeroporto, CEP: 79400-000, Coxim - MS	tipo-003	1
13ª ZONA ELEITORAL	Paranaíba	Rua José Robalinho da Silva, 235, Jardim Santa Mônica, CEP: 79500-000, Paranaíba - MS	tipo-001	1
13ª ZONA ELEITORAL	Paranaíba	Rua José Robalinho da Silva, 235, Jardim Santa Mônica, CEP: 79500-000, Paranaíba - MS	tipo-003	1
14ª ZONA ELEITORAL	Camapuã	Rua João da Mota, 461, Vila Diamantina, CEP:79420-000, Camapuã - MS	tipo-001	1
14ª ZONA ELEITORAL	Camapuã	Rua João da Mota, 461, Vila Diamantina, CEP:79420-000, Camapuã - MS	tipo-003	1
15ª ZONA ELEITORAL	Miranda	Rua 7 de Setembro, 861, Centro, CEP: 79380-000, Miranda - MS	tipo-001	1
15ª ZONA ELEITORAL	Miranda	Rua 7 de Setembro, 861, Centro, CEP: 79380-000, Miranda - MS	tipo-003	1
15ª ZONA ELEITORAL - PAE	Bodoquena	Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, 762, Centro, CEP: 79390-000, Bodoquena - MS	tipo-001	1
16ª ZONA ELEITORAL	Maracaju	Rua Appa, 101, Centro, CEP: 79150-000, Maracaju - MS	tipo-001	1
16ª ZONA ELEITORAL	Maracaju	Rua Appa, 101, Centro, CEP: 79150-000, Maracaju - MS	tipo-003	1

17ª ZONA ELEITORAL	Bela Vista	Rua São Geraldo, 65, Centro, CEP: 79260-000, Bela Vista - MS	tipo-001	1
17ª ZONA ELEITORAL	Bela Vista	Rua São Geraldo, 65, Centro, CEP: 79260-000, Bela Vista - MS	tipo-003	1
18ª ZONA ELEITORAL	Dourados	Rua Montese, 435, Jardim Londrina, CEP: 79814-540, Dourados - MS	tipo-001	1
18ª ZONA ELEITORAL	Dourados	Rua Montese, 435, Jardim Londrina, CEP: 79814-540, Dourados - MS	tipo-003	2
19ª ZONA ELEITORAL - PAE	CORONEL SAPUCAIA	Rua Waldomiro Maciel, 785, Centro, CEP: 79995-000, Coronel Sapucaia - MS	tipo-001	1
19ª ZONA ELEITORAL	Ponta Porã	Rua Baltazar Saldanha, 1591, Jardim Ipanema, CEP: 79904-204, Ponta Porã - MS	tipo-001	1
19ª ZONA ELEITORAL	Ponta Porã	Rua Baltazar Saldanha, 1591, Jardim Ipanema, CEP: 79904-204, Ponta Porã - MS	tipo-003	2
20ª ZONA ELEITORAL	Porto Murtinho	Rua Coronel Ponce, 439, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho - MS	tipo-001	1
20ª ZONA ELEITORAL	Porto Murtinho	Rua Coronel Ponce, 439, Centro, CEP: 79280-000, Porto Murtinho - MS	tipo-003	1
21ª ZONA ELEITORAL	Rio Verde de Mato Grosso	Av. Dom Pedro II, 240, Centro, CEP: 79480-000, Rio Verde de Mato Grosso - MS	tipo-001	1
21ª ZONA ELEITORAL	Rio Verde de Mato Grosso	Av. Dom Pedro II, 240, Centro, CEP: 79480-000, Rio Verde de Mato Grosso - MS	tipo-003	1
22ª ZONA ELEITORAL	Jardim	Rua Tenente Ernani Gusmão, 261, Centro, CEP: 79240-000, Jardim - MS	tipo-001	1
22ª ZONA ELEITORAL	Jardim	Rua Tenente Ernani Gusmão, 261, Centro, CEP: 79240-000, Jardim - MS	tipo-003	1
23ª ZONA ELEITORAL	Água Clara	Avenida Júlio Maia, 1174. Sala 04, Centro, CEP: 79680-000, Água Clara - MS	tipo-001	1
23ª ZONA ELEITORAL	Água Clara	Avenida Júlio Maia, 1174. Sala 04, Centro, CEP: 79680-000, Água Clara - MS	tipo-003	1
23ª ZONA ELEITORAL - PAE	Inocência	Avenida Alexandre Batista Garcia, 923, Centro, CEP: 79580-000, Inocência - MS	tipo-001	1
24ª ZONA ELEITORAL	Aparecida do Taboado	Rua Mato Grosso do Sul, 3881, Jardim Brandini II, CEP: 79570-000, Aparecida do Taboado - MS	tipo-001	1
24ª ZONA ELEITORAL	Aparecida do Taboado	Rua Mato Grosso do Sul, 3881, Jardim Brandini II, CEP: 79570-000, Aparecida do Taboado - MS	tipo-003	1
25ª ZONA ELEITORAL - PAE	ITAQUIRAÍ	Avenida Mato Grosso (Anexo ao Fórum), 350, Centro, CEP: 79965-000, Itaquiraí - MS	tipo-001	1
25ª ZONA ELEITORAL	Eldorado	Rua Irmã Aristela, 531, Jardim das Grevileas, CEP: 79970-000, Eldorado - MS	tipo-001	1
25ª ZONA ELEITORAL	Eldorado	Rua Irmã Aristela, 531, Jardim das Grevileas, CEP: 79970-000, Eldorado - MS	tipo-003	1
25ª ZONA ELEITORAL - PAE	Iguatemi	Rua Laudelino Peixoto, 1229, Centro, CEP: 79960-000, Iguatemi - MS	tipo-001	1

26ª ZONA ELEITORAL - PAE	PEDRO GOMES	Avenida Manoel Alves de Moraes Júnior, 767, Centro, CEP: 79410-000, Pedro Gomes - MS	tipo-001	1
26ª ZONA ELEITORAL	Sonora	Rua da Saudade, 1048, Centro, CEP: 79415-000, Sonora - MS	tipo-001	1
26ª ZONA ELEITORAL	Sonora	Rua da Saudade, 1048, Centro, CEP: 79415-000, Sonora - MS	tipo-003	1
27ª ZONA ELEITORAL	Ivinhema	Rua Francisco Pieretti, 211, Guiray, CEP: 79740-000, Ivinhema -MS	tipo-001	1
27ª ZONA ELEITORAL	Ivinhema	Rua Francisco Pieretti, 211, Guiray, CEP: 79740-000, Ivinhema -MS	tipo-003	1
27ª ZONA ELEITORAL - PAE	Angélica	Rua Treze de Maio, 676, Centro Cívico, CEP: 79785-000, Angélica - MS	tipo-001	1
28ª ZONA ELEITORAL	Caarapó	Rua 15 de Novembro, 215, Centro, CEP: 79940- 000, Caarapó - MS	tipo-001	1
28ª ZONA ELEITORAL	Caarapó	Rua 15 de Novembro, 215, Centro, CEP: 79940- 000, Caarapó - MS	tipo-003	1
30ª ZONA ELEITORAL	Bonito	Rua Olívio Jacques, 849, Vila Donária, CEP: 79290-000, Bonito -MS	tipo-001	1
30ª ZONA ELEITORAL	Bonito	Rua Olívio Jacques, 849, Vila Donária, CEP: 79290-000, Bonito -MS	tipo-003	1
31ª ZONA ELEITORAL	Sidrolândia	Rua Minas Gerais, 1346, Centro, CEP: 79170- 000, Sidrolândia - MS	tipo-001	1
31ª ZONA ELEITORAL	Sidrolândia	Rua Minas Gerais, 1346, Centro, CEP: 79170- 000, Sidrolândia - MS	tipo-003	1
32ª ZONA ELEITORAL	Ribas do Rio Pardo	Avenida Nelson Lyrio, 2354, Centro, CEP: 79180- 000, Ribas do Rio Pardo - MS	tipo-001	1
32ª ZONA ELEITORAL	Ribas do Rio Pardo	Avenida Nelson Lyrio, 2354, Centro, CEP: 79180- 000, Ribas do Rio Pardo - MS	tipo-003	1
33ª ZONA ELEITORAL - PAE	SETE QUEDAS	Rua Monteiro Lobato, 675, Centro, CEP: 79935-000, Sete Quedas - MS	tipo-001	1
33ª ZONA ELEITORAL - PAE	TACURU	Rua Luis Menão, 550, Centro, CEP: 79975-000, Tacuru - MS	tipo-001	1
33ª ZONA ELEITORAL	Mundo Novo	Rua Tupinambá, 69, Centro, CEP: 79980-000, Mundo Novo – MS	tipo-001	1
33ª ZONA ELEITORAL	Mundo Novo	Rua Tupinambá, 69, Centro, CEP: 79980-000, Mundo Novo – MS	tipo-003	1
34ª ZONA ELEITORAL	Bandeirantes	Rua Arthur Bernardes, 4032, Centro, CEP: 79430-000, Bandeirantes - MS	tipo-001	1
34ª ZONA ELEITORAL	Bandeirantes	Rua Arthur Bernardes, 4032, Centro, CEP: 79430-000, Bandeirantes - MS	tipo-003	1
35ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
35ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-003	1
36ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180,	tipo-001	1

		Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS		
36ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-003	1
38ª ZONA ELEITORAL - PAE	ALCINÓPOLIS	Rua Maria Teodora de Freitas Nery, 518, Centro, CEP: 79530-000, Alcinópolis - MS	tipo-001	1
38ª ZONA ELEITORAL	Costa Rica	Rua José Pereira da Silva, 373, Santos Dumont, CEP: 79550-000, Costa Rica -MS	tipo-001	1
38ª ZONA ELEITORAL	Costa Rica	Rua José Pereira da Silva, 373, Santos Dumont, CEP: 79550-000, Costa Rica -MS	tipo-003	1
39ª ZONA ELEITORAL	Deodápolis	Avenida Genário da Costa Matos, 730, Centro, CEP: 79790-000, Deodápolis - MS	tipo-001	1
39ª ZONA ELEITORAL	Deodápolis	Avenida Genário da Costa Matos, 730, Centro, CEP: 79790-000, Deodápolis - MS	tipo-003	1
39ª ZONA ELEITORAL - PAE	Glória de Dourados	Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1895, Centro, CEP: 79730-000, Glória de Dourados - MS	tipo-001	1
40ª ZONA ELEITORAL - PAE	CORGUINHO	Endereço ainda não definido	tipo-001	1
40ª ZONA ELEITORAL - PAE	RIO NEGRO	Avenida Brasil, 990, Centro, CEP: 79470-000, Rio Negro - MS	tipo-001	1
40ª ZONA ELEITORAL	São Gabriel Do Oeste	Rua São Paulo, 2305, Centro, CEP: 79490-000, São Gabriel do Oeste - MS	tipo-001	1
40ª ZONA ELEITORAL	São Gabriel Do Oeste	Rua São Paulo, 2305, Centro, CEP: 79490-000, São Gabriel do Oeste - MS	tipo-003	1
41ª ZONA ELEITORAL	Brasilândia	Rua Bartolomeu Viana Cavalcante, 183, Centro, CEP: 79670-000, Brasilândia - MS	tipo-001	1
41ª ZONA ELEITORAL	Brasilândia	Rua Bartolomeu Viana Cavalcante, 183, Centro, CEP: 79670-000, Brasilândia - MS	tipo-003	1
41ª ZONA ELEITORAL - PAE	SANTA RITA DO PARDO	Endereço ainda não definido	tipo-001	1
43ª ZONA ELEITORAL	Dourados	Rua Montese, 435, Jardim Londrina, CEP:79814-540, Dourados - MS	tipo-001	1
43ª ZONA ELEITORAL	Dourados	Rua Montese, 435, Jardim Londrina, CEP:79814-540, Dourados - MS	tipo-003	2
44ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
44ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-003	1
45ª ZONA ELEITORAL	Nioaque	Rua Primeiro de Março, 167, Centro, CEP: 79220-000, Nioaque - MS	tipo-001	1
45ª ZONA ELEITORAL	Nioaque	Rua Primeiro de Março, 167, Centro, CEP: 79220-000, Nioaque - MS	tipo-003	1
48ª ZONA ELEITORAL	Chapadão do Sul	Avenida Mato Grosso do Sul, 395, Parque União, CEP: 79560-000, Chapadão do Sul - MS	tipo-001	1
48ª ZONA ELEITORAL	Chapadão do Sul	Avenida Mato Grosso do Sul, 395, Parque União, CEP: 79560-	tipo-003	1

		000, Chapadão do Sul - MS		
49ª ZONA ELEITORAL - PAE	DOIS IRMÃOS DO BURITI	Rua Vicente Anastácio - Bloco C 2, Centro, CEP: 79215-000, Dois Irmãos do Buriti - MS	tipo-001	1
49ª ZONA ELEITORAL	Anastácio	Avenida Juscelino Kubitschek, 1495, Centro, CEP: 79210-000, Anastácio - MS	tipo-001	1
49ª ZONA ELEITORAL	Anastácio	Avenida Juscelino Kubitschek, 1495, Centro, CEP: 79210-000, Anastácio - MS	tipo-003	1
50ª ZONA ELEITORAL	Corumbá	Rua Duque de Caxias, 45, Nossa Senhora de Fátima, CEP: 79320-060, Corumbá - MS	tipo-001	1
50ª ZONA ELEITORAL	Corumbá	Rua Duque de Caxias, 45, Nossa Senhora de Fátima, CEP: 79320-060, Corumbá - MS	tipo-003	2
51ª ZONA ELEITORAL	Três Lagoas	Rua Alfredo Justino, 1100, Centro, CEP: 79603-000, Três Lagoas - MS	tipo-001	1
51ª ZONA ELEITORAL	Três Lagoas	Rua Alfredo Justino, 1100, Centro, CEP: 79603-000, Três Lagoas - MS	tipo-003	2
52ª ZONA ELEITORAL	Ponta Porã	Rua Baltazar Saldanha, 1591, Jardim Ipanema, CEP: 79904-204, Ponta Porã - MS	tipo-001	1
52ª ZONA ELEITORAL	Ponta Porã	Rua Baltazar Saldanha, 1591, Jardim Ipanema, CEP: 79904-204, Ponta Porã - MS	tipo-003	2
53ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
53ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-003	1
54ª ZONA ELEITORAL - PAE	TERENOS	54ª ZE - PAE - TERENOS	tipo-001	1
54ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
54ª ZONA ELEITORAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-003	1
CAE SALA REPROGRAFIA	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
HALL CAE	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	5
PAE Fácil AERO RANCHO - CAMPO GRANDE	Campo Grande	Avenida Marechal Deodoro, 2603, Aero Rancho, CEP: 79085-000, Campo Grande - MS	tipo-001	2
PAE Fácil CIJUS - CAMPO GRANDE	Campo Grande	Rua Sete de Setembro, 174, Centro, CEP: 79002-081, Campo Grande - MS	tipo-001	2
PAE Fácil GENERAL OSÓRIO - CAMPO GRANDE	Campo Grande	Rua Santo Ângelo, 51, Coronel Antonino, CEP: 79011-290, Campo Grande - MS	tipo-001	2
PAE Fácil GUAICURUS - CAMPO GRANDE	Campo Grande	Avenida Gury Marques, 5464, Jardim Monumento, CEP: 79072-904, Campo Grande - MS	tipo-001	2
SALA 01 - PROTOCOLO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	2

SALA 02 - SSA CSG	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 05 - ASCOM	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-004	1
SALA 07 - ODONTO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 10 - COPEs	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	2
SALA 10 - COPEs	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 13 - POLITICAS DE SAÚDE	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 14 - CODES	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 15 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 16 SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 16 SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 22 - BIBLIOTECA	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 28 - CRIP	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 29 GABINETE SJ	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 3 ANDAR SULWORK	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-003	1
SALA 30 - SEÇÃO ACORDÃO E RESOLUÇÃO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 31 COORDENAÇÃO CRIP	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 32 - GAB JUIZ DIREITO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 33 - GAB JUIZ MEMBRO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 34 - GAB JUIZ FEDERAL	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 35 - GAB JUIZ MEMBRO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 36 - GAB JUIZ MEMBRO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 37 - ASSESSORES PLENÁRIO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1

SALA 38 - OUVIDORIA ELEITORAL	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 4 - SEÇÃO DE TRANSPORTE	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 45/46 - ASSESSORIA ESPECIAL DG	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 45/46 - ASSESSORIA ESPECIAL DG	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 47 - ASSESSORIA DG	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 49 /50 COPEG	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 49 /50 COPEG	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 53 - ASSESSORIA JURIDICA	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 54 -SEÇÃO DE CONTRATOS	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 55 / 56 ADM E FINANÇAS	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 57 - COORD. FINANÇAS CONTAB.	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 57 - COORD. FINANÇAS CONTAB.	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 58 - SEFI	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 59 CRM / ASSESSORIA ADM	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 6 - CAE (CHEFIA)	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 62 / 64 SGCA / SAF	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 63 / 65 SEÇÃO AUDITORIA ORIENTAÇÃO PARTIDÁRIA	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 66 - COCLE	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 66 - COCLE	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 67 - COINF	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 68 CODESC	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 7 - ANEXO SMI	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180,	tipo-001	1

		Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS		
SALA 70 - GABINETE TI	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 73 COORD. DOC E JURISP.	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 74 - SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO PESQUISA E JURISPRUDÊNCIA	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 75 - SAOZE / SEDIP / SECOI	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 76 - COORD. OBRAS	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 77 - SEÇÃO MANUTENÇÃO PREDIAL	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 79 GAB VICE PRESIDÊNCIA	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 79 GAB VICE PRESIDÊNCIA	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 8 - DEP MÉDICO	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 8 - MOTORISTAS	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-003	1
SALA 80 GABINET DA PRESIDÊNCIA	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 80 GABINET DA PRESIDÊNCIA	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
SALA 80D - PRESIDENTE	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-001	1
SALA 80D - PRESIDENTE	Campo Grande	Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, CEP: 79037-100, Campo Grande - MS	tipo-002	1
ALMOXARIFADO	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
DEPÓSITO DE URNAS	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1
ARQUIVO CENTRAL	Campo Grande	Fórum Eleitoral, Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, CEP: 79037-106, Campo Grande - MS	tipo-001	1

4.3. Em caso de haver alteração de endereço da sede de quaisquer das unidades indicadas acima entre a divulgação do edital e a assinatura do contrato, o TRE/MS informará à contratada o novo endereço em que a copiadora deverá ser instalada.

4.4. Durante a vigência do contrato, havendo eventual mudança de sede de unidade, fica a contratada obrigada a efetuar a desinstalação do equipamento do local inicial e a sua instalação no novo imóvel, sem ônus para o TRE/MS.

4.5. Durante a vigência do contrato, o TRE-MS pode solicitar impressoras adicionais de forma sazonal, dentro do limite legal de 25%, para atender atividades tais como revisões biométricas, pleitos, atendimentos itinerantes, etc.

4.5.1. No caso de requisição de impressoras adicionais, na forma descrita na cláusula anterior, o TRE/MS efetuará o pagamento da locação e das impressões/cópias com base na proposta de preços apresentada no certame licitatório.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E DA INSTALAÇÃO DAS IMPRESSORAS

5.1. A disponibilização das impressoras compreende a sua entrega nos locais listados no Termo de Referência, sua instalação e efetiva colocação em funcionamento.

5.1.1. A disponibilização das impressoras compreende:

- a) Instalação e configuração do servidores de impressão no ambiente do TRE-MS;
- b) Instalação e configuração do software de gerenciamento de impressão;
- c) A entrega, instalação física e colocação em funcionamento de cada impressora;
- d) Instalação lógica de cada impressora nos computadores do ambiente onde se encontra instalada visando disponibilizar o serviço de impressão de documentos e digitalização (dependente do equipamento a ser instalado na localidade).

5.2. A entrega das impressoras deverá ocorrer nos endereços indicados no Capítulo V do Termo de Referência, dentro dos prazos indicados a seguir, de 2ª a 6ª-feira, no horário das 12 às 17h ou em horário diverso, definido pela fiscalização do contrato, compreendido entre 08:00 e 18:00h.

- a) até 5 (cinco) dias úteis, no caso da Capital, contados da assinatura do contrato ou da autorização expedida pela fiscalização;
- b) até 10 (dez) dias úteis, no caso dos Cartórios e Postos de Atendimento Eleitorais do Interior do Estado, contados da assinatura do contrato ou da autorização expedida pela fiscalização.

5.2.1. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entrega estabelecidos acima, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5.2.2. A comprovação de que trata o item 5.2.1 deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

5.2.3. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.2.4. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas.

5.3. A instalação das impressoras corresponde à sua disposição no ambiente indicado em cada local, sua conexão à rede elétrica e rede de dados existente, bem como qualquer outro procedimento necessário ao seu correto funcionamento.

5.3.1. Havendo necessidade de instalação de softwares em microcomputadores do TRE/MS, de modo a prover alguma das funcionalidades das impressoras, a empresa contratada deverá informar tal situação à Seção de Microinformática do TRE/MS, para que esta adote as providências necessárias para a viabilização da instalação do software a ser fornecido pela contratada.

5.3.2. O TRE/MS disponibilizará em cada local espaço apropriado para a instalação das impressoras, bem como ponto de conexão à rede elétrica e de dados.

5.3.3. Caso a empresa contratada identifique óbice relacionado às instalações prediais que impeça a instalação das impressoras deverá informar ao TRE/MS, por escrito, indicando o problema encontrado e, se for o caso, a possível solução, de modo que o TRE/MS possa verificar a medida corretiva a ser adotada.

5.4. Em razão da ocorrência de constantes oscilações de energia proveniente da rede pública que chega aos Cartórios do interior e Postos de Atendimento Eleitoral do interior do estado, sugere-se que cada impressora seja acompanhada de estabilizador elétrico, para conexão do equipamento à rede elétrica, com características (especificações) adequadas à sua finalidade.

5.4.1. A disponibilização de estabilizador elétrico é facultativa e visa diminuir o risco de dano ao equipamento disponibilizado ocasionado por oscilação de energia na rede elétrica padrão.

5.4.2. O TRE/MS não se responsabilizará por danos ocasionados aos equipamentos decorrentes de oscilação de energia na rede elétrica padrão em decorrência do não fornecimento do estabilizador padrão ou da utilização de estabilizador inadequado.

5.4.3. Caso ocorram avarias nos equipamentos decorrentes da oscilação da energia elétrica por culpa exclusiva da concessionária elétrica, caberá à contratada proceder à reparação dos eventuais prejuízos percebidos junto à distribuidora de energia.

5.5. Após a instalação das impressoras, deverão ser efetuados testes de modo a comprovar o seu perfeito funcionamento.

5.5.1. As cópias, impressões e digitalizações utilizadas na fase de testes não poderão ser computadas para fins de leitura do consumo mensal do equipamento.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DAS IMPRESSORAS E DOS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRESSÃO

6.1. As impressoras serão recebidas:

- a) pelos fiscais designados pelo TRE/MS, na Capital; e,
- b) pelo Chefe de Cartório ou pelo servidor responsável pelo Posto de Atendimento Eleitoral de cada uma das localidades indicadas no Capítulo V do Termo de Referência.

6.2. O recebimento provisório e definitivo dos equipamentos ficará a cargo dos servidores de que trata o item 6.1, conforme descrito a seguir:

6.3. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega compreendendo as seguintes verificações:

- a) os equipamentos deverão estar em suas respectivas embalagens originais, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio equipamento, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do produto;
- b) condições da embalagem e/ou do equipamento;
- c) quantidade entregue;

6.4. Atendidas as condições indicadas no item 6.3, será registrado o recebimento provisório que será atestado em termo próprio.

6.4.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do equipamento.

6.5. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, e será procedido quando satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do equipamento com os indicados na proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do equipamento entregue com as especificações exigidas no Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) instalação do equipamento e realização dos testes de funcionamento, de modo a certificar que o equipamento está em perfeito funcionamento;
- d) fornecimento do kit inicial de materiais de consumo, previsto no Capítulo VI do Termo de Referência;
- e) realização do treinamento dos servidores do TRE/MS que irão utilizar as impressoras e entrega do tutorial, conforme previsão do Capítulo VI do Termo de Referência;

6.6. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 3 (cinco) dias úteis.

6.6.1. Ao prazo aqui previsto, aplica-se o disposto nas cláusulas 2.2 a 2.4 do Capítulo X do Termo de Referência.

6.7. Caso os equipamentos sejam entregues e instalados na mesma ocasião, poderá ser dispensado o recebimento provisório e realizado apenas o definitivo, sendo esta uma faculdade do TRE/MS.

6.8. No tocante ao recebimento dos materiais de consumo a serem fornecidos pela empresa contratada, será este também efetuado pelos responsáveis indicados no item 6.1.

6.9. O fornecimento inicial dos materiais e a reposição periódica deverão ser registrados mediante formulário específico (recibo, etc.), a ser definido pela empresa contratada conjuntamente com a fiscalização, que deverá ser emitido em duas vias, que deverão ser assinadas pelo responsável pelo recebimento dos materiais, ficando uma via em seu poder, para fins de controle.

6.10. O TRE/MS se responsabilizará pela guarda dos materiais fornecidos pela empresa contratada, obrigando-se quanto à restituição daqueles que não forem utilizados durante a vigência contratual.

6.11. Os cartuchos de toner que acompanham os equipamentos, quando da sua instalação e os fornecidos para reposição, deverão ser, preferencialmente, novos (primeiro uso/não recarregados).

6.11.1. A exigência objetiva garantir a melhor qualidade das cópias e impressões produzidas.

6.12. Ficará a cargo da empresa contratada o fornecimento do papel sulfite para cópia/impressão, que deverá ser de formato A4 e A3, gramatura 75g/m², na cor branca, cuja fabricação deverá respeitar os atuais critérios de sustentabilidade.

6.13. O fornecimento INICIAL de papel A4/A3 e toner deverá observar os quantitativos discriminados no quadro abaixo.

QUANTITATIVO INICIAL PAPEL			
Tipos de Impressora	Quantidade	Quant. Remas de Papel Sulfite A4 por impressora	Quant. Remas de Papel Sulfite A4 por impressora (total)
TIPO 001 - MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4	134	3 resmas por impressora	402
TIPO 002 - IMPRESSORA LASER COLORIDA A4	10	2 resmas por impressora	20
TIPO 003 - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA A4	59	2 resmas por impressora	118
TIPO 004 - MULTIFUNCIONAL COLORIDA A3	1	3 resmas por impressora	3
Tipos de Impressora	Quantidade	Quant. Remas de Papel A3	Quant. Remas de Papel A3 (total)
TIPO 004 - MULTIFUNCIONAL COLORIDA A3	1	5 resmas por impressora	5

QUANTITATIVO INICIAL TONER			
Tipos de Impressora	Quantidade	Quant. Cartuchos de Toner	Quant. Cartuchos de Toner (total)
TIPO 001 - MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4	134	3 cartuchos de toner por impressora	402
TIPO 002 - IMPRESSORA LASER COLORIDA A4	10	3 cartuchos de toner por impressora	30
TIPO 003 - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA A4	59	3 cartuchos de toner por impressora	177
TIPO 004 - MULTIFUNCIONAL COLORIDA A3	1	2 cartuchos de cada cor (preto, magenta, amarelo, turquesa)	8

6.14. Além do papel sulfite, a empresa contratada deverá fornecer todos os consumíveis utilizados pelas impressoras, tais como: toner, cilindros, kits fotocondutores, kits de revelação, recipientes de toner residual etc.

6.15. As requisições de toner e papel sulfite serão feitas via correio eletrônico (e-mail), por intermédio de envio de mensagem a endereço eletrônico informado pela empresa contratada ou por sistema de abertura de ocorrências / ordem de serviços da contratada. Estes devem ser fornecidos de acordo com a necessidade dos equipamentos e/ou mediante requisição do contratante.

6.16. Considerar-se-á como recebida a solicitação de insumo após o envio do e-mail (levando em consideração a data e hora do envio do e-mail de solicitação de insumo) ou abertura de ocorrência / ordem de serviço em serviço web da contratada (este último deve gerar um protocolo de atendimento único com as informações de número da ordem de serviço, descrição do pedido de suporte e data e hora da abertura do chamado técnico).

6.16.1. As requisições de toner e papel sulfite devem ser atendidas dentro dos prazos definidos no capítulo VI - item 7 do Termo de Referência.

6.17. Em caso de paralisação do serviço por falta de material de consumo, em virtude do não atendimento à requisição, no prazo determinado, a contratada ficará sujeita às penalidades indicadas neste Termo de Contrato.

6.18. No caso do fornecimento de papel sulfite e toner para as localidades do prédio sede do TRE-MS, Fórum Eleitoral e Prédio Deposito de Urnas / Almoxarifado / Arquivo Central a entrega deverá ser feita na Seção Microinformática, localizada no prédio sede do TRE-MS, aos cuidados da fiscalização.

6.19. Quanto as demais localidades a empresa contratada deverá providenciar a entrega de papel sulfite, toner e consumíveis diretamente no local onde o equipamento está instalado, aos cuidados do servidor responsável do local.

6.20. A contratada deve recolher semanalmente os cartuchos de toner vazios às quartas-feiras, no horário de 13h às 17h, na Seção de Microinformática do TRE/MS.

CLÁUSULA SÉTIMA – TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO AOS SERVIDORES DO TRE/MS

- 7.1. Após a instalação das impressoras, a empresa contratada deverá repassar aos servidores (fiscais) do TRE/MS, Fórum Eleitoral e Cartórios, de modo a capacitá-los a operar os equipamentos, bem como a realizar a troca dos consumíveis (papel e cartucho de toner).
- 7.2. Na Capital, o treinamento deverá ser agendado junto aos fiscais da contratação, podendo ocorrer simultaneamente à instalação das impressoras.
- 7.3. Nos Cartórios Eleitorais e nos Postos de Atendimento Eleitoral do Interior do Estado, o treinamento deverá ser realizado, preferencialmente, na ocasião de instalação das impressoras.
- 7.4. Além do repasse de orientações feito no treinamento presencial, a empresa contratada deverá fornecer tutorial, em versão impressa e em arquivo digital (formato PDF), contendo instruções de uso das impressoras, com ênfase às funcionalidades de maior utilização: cópias, impressões, digitalizações, geração de relatórios, etc.

CLÁUSULA OITAVA - PRESTAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO ON SITE

- 8.1. Para fins desta contratação considera-se serviço de suporte técnico as ações de orientação quanto à operação, desinstalação, reinstalação de impressoras e software de bilhetagem, assistência técnica / manutenção corretiva e outros serviços correlatos.
- 8.2. O serviço de suporte técnico será acionado via correio eletrônico (e-mail), por intermédio de envio de mensagem a endereço eletrônico informado pela empresa contratada ou por sistema de abertura de ocorrências / ordem de serviços da contratada.
- 8.3. Considerar-se-á como recebida a solicitação de suporte técnico após o envio do e-mail (levando em consideração a data e hora do envio do e-mail suporte técnico) ou abertura de ocorrência / ordem de serviço em serviço web da contratada (este último deve gerar um protocolo de atendimento com as informações de número da ordem de serviço, descrição do pedido de suporte e data e hora da abertura do chamado técnico).
- 8.3.1. As requisições de suporte técnico devem ser atendidas dentro dos prazos definidos no capítulo VI - item 7 do Termo de Referência.
- 8.4. Em caso de paralisação do serviço de impressão por falta de suporte técnico de material de consumo, em virtude do não atendimento à requisição, no prazo determinado, a contratada ficará sujeita às penalidades indicadas neste Termo de Contrato .
- 8.5. A prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas impressoras disponibilizadas deverá ocorrer no próprio local de instalação (modelo ON SITE de atendimento), compreendendo o fornecimento de peças, mão-de-obra e todos os demais materiais necessários, visando o correto funcionamento das impressoras.
- 8.6. A manutenção preventiva deverá ser realizada de acordo com as recomendações do fabricante do equipamento.
- 8.7. A manutenção corretiva deverá ser prestada nos casos em que se verificar anomalia no funcionamento das impressoras, mediante comunicado do TRE/MS, através dos fiscais de contrato, à empresa contratada.
- 8.8. A manutenção preventiva poderá ser solicitada pela fiscalização do contrato a qualquer momento (sem custos adicionais ao TRE-MS).
- 8.9. O quantitativo de páginas de teste utilizado durante testes e/ou manutenção das impressoras deverá ser registrado para dedução quando da leitura do consumo mensal.
- 8.10. Para que seja possibilitado o tempestivo suporte técnico, a empresa deverá possuir pelo menos um técnico residente ou disponível em cada um dos seguintes **municípios: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá.**
- 8.10.1. A exigência objetiva que o atendimento aos chamados ocorra dentro dos prazos fixados, bem como a solução das ocorrências, recaindo a escolha dos municípios naqueles de maior porte e cuja localização geográfica mostra-se estratégica para fins de atendimento das localidades compreendidas nesta contratação.
- 8.10.2. A comprovação do atendimento ao disposto no item 8.10. deverá ser feita até a data de instalação das impressoras nas respectivas localidades, mediante indicação da contratada do(s) nome(s) do(s) técnico(s) alocado(s) em cada localidade.
- 8.11. Havendo necessidade de retirada do equipamento do local onde esteja instalado, para fins de manutenção corretiva, todos os custos correrão por conta da contratada, devendo ser observado o disposto nas cláusulas seguintes.
- 8.12. A contratada deverá efetuar a substituição da impressora disponibilizada por outra da mesma marca e modelo, sem ônus para o TRE/MS quando, por desgaste ou outro problema, verificarem-se sucessivas paradas da impressora e chamados para manutenção (superiores a 3 ocorrências em 1 mês) que prejudiquem o bom andamento dos serviços;
- 8.12.1. Caso seja necessária a substituição de impressora, e não haja disponibilidade de equipamento da mesma marca e modelo indicado no certame licitatório, o TRE poderá autorizar a substituição por outro, desde que comprovada pela contratada a similaridade ou superioridade àquele.
- 8.13. Ao fim do contrato, a Contratada deverá providenciar a retirada das impressoras dos locais em que se encontrarem instaladas, sem quaisquer ônus ao TRE/MS, observando o prazo previsto no Termo de Referência.
- 8.14. Em razão da necessidade de instalação dos novos equipamentos, decorrentes de eventual nova contratação a ser realizada pelo TRE/MS ao término da presente avença, fica, desde já, autorizado pela contratada que o TRE/MS faça a desconexão de seus equipamentos, acondicionando-os em local adequado, até a posterior retirada pela contratada.

CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

- 9.1. O período de **vigência** deste contrato é de **12 (doze) meses, contados da data da última assinatura eletrônica**, podendo ser prorrogado em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93.
- 9.2. A **execução** dos serviços deverá iniciar em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 9.3. O fornecimento de **suprimentos (Papel e toner)** deverá ser atendido:
- a) localidades de Campo Grande (capital): em até 8 horas;
 - b) localidades do interior: em até 14 horas;
- 9.4. Prazos para atendimento de **suporte técnico**:

- a) Prazo máximo para solucionar problemas técnicos ou substituir impressora defeituosa em localidades de Campo Grande (capital) 8 horas;
- b) Prazo máximo para solucionar problemas técnicos ou substituir impressora defeituosa em localidades no interior 14 horas;

9.5. Ao fim do contrato, a Contratada deverá providenciar a **retirada das impressoras** dos locais em que se encontrarem instaladas, sem quaisquer ônus ao TRE/MS, observando os seguintes prazos:

- a) 05 (cinco) dias úteis, no caso da Capital;
- b) 10 (dez) dias úteis, no caso dos Cartórios Eleitorais e Postos de Atendimento Eleitorais, situados no Interior do Estado.

9.6. As prorrogações de prazos, de início, e término do serviço, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

10.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos a serem aprovados na Lei Orçamentária Anual xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

10.2. O crédito e/ou respectivo empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão indicados oportunamente, com devido registro nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO

11.1. O valor global da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxxx), conforme o detalhamento abaixo:

LOCAÇÃO IMPRESSORAS				
TIPO DE IMPRESSORA	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
Tipo 001 - Multifuncional Monocromática A4	134			
Tipo 002 - Impressora Laser Colorida A4	10			
Tipo 003 - Impressora Laser Monocromática A4	59			
Tipo 004 - Multifuncional Colorida A3	1			
TOTAL				

PRODUÇÃO ESTIMADA DE CÓPIAS / IMPRESSÕES				
TIPO DE IMPRESSÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
Impressão /Cópia Colorida	6.000			
Impressão /Cópia Preto e Branco	160.500			
TOTAL				

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS TOTAIS ESTIMADOS DE CÓPIAS/IMPRESSÕES

12.1. Mensalmente será realizada pela fiscalização, via sistema de gestão de impressões, a medição do volume de impressões/cópias utilizadas em cada impressora e encaminhará esta medição à contratada.

12.2. A contratada de posse desta medição irá confeccionar a Nota Fiscal relativa ao consumo de cópias / impressões do mês de referência.

12.3. Serão somados os volumes de cópias/impressões apurados em todos os equipamentos, para verificação do volume total mensal utilizado.

12.4. Deverão ser registradas e abatidas do volume total mensal de impressões apurado:

- a) As perdas de impressões em decorrência de falha equipamento, bem como do suprimento consumível;
- b) As perdas decorrente de testes de impressão no momento de manutenção da impressora;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados, locação de impressoras e produção cópias/impressões, será efetuado mediante apresentação de Notas Fiscais uma para locação das impressoras e outra para produção de cópias e impressões, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações; e,

13.2. A nota fiscal relativa aos serviços de locação de impressoras e à produção de cópias e impressões deverá conter a descrição dos itens e respectivos quantitativos e valores unitários e totais, tendo por referência os resultados e valores advindos do ANS - Acordo de Nível de Serviço.

13.2.1. Deverá acompanhar a Nota Fiscal/Fatura o RELATÓRIO DEMONSTRATIVO do volume de cópias e impressões, utilizadas em cada equipamento locado e do volume total do mês de referência.

13.2.2. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF n.º 1.244/12.

13.3. Para fins de emissão da nota fiscal deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) a Fiscalização do contrato providenciará o atesto dos serviços efetivamente prestados do mês de referência, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis posteriores ao encerramento do referido mês – isto é, até o sétimo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços – e comunicará à empresa contratada, via correio-eletrônico, o valor que será pago pela prestação dos serviços e que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura;

b) a empresa contratada deverá providenciar a emissão da Nota Fiscal/Fatura e a sua apresentação à Fiscalização em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação do valor dos serviços, encaminhando juntamente com a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação complementar exigida conforme cláusula 2 acima;

b.1) considerando eventuais possíveis efeitos nocivos sobre a prestação dos serviços, decorrentes, por exemplo, de falta de recursos para cumprimento das obrigações contratuais, o atraso na entrega da nota fiscal/fatura de prestação dos serviços poderá ensejar a aplicação de sanção à empresa contratada, nos termos do fixado no ANS e/ou no contrato;

13.4. O pagamento será efetuado, mediante depósito efetuado em Conta Corrente informada na proposta, em nome da contratada, no prazo de 12 (doze) dias úteis, após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal, desde que atendidas todas as condições de serviço previstos neste contrato, e que a documentação fiscal esteja válida e com prazo de vigência suficiente para prazo de pagamento:

a) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)**, devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

d) **DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES**, caso a empresa seja optante.

13.5. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) o fiscal fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização da Seção de Serviços Administrativos.

13.6. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

13.7. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficiar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

13.8. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

13.9. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} EM &= I \times N \times VP, \text{ onde:} \\ EM &= \text{Encargos Moratórios;} \\ N &= \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;} \\ VP &= \text{Valor da parcela em atraso;} \\ I &= \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado: } i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, \\ I &= i / 365 \text{ " } I = (6/100) / 365. \end{aligned}$$

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

14.10. O contrato poderá ser reajustado, de acordo com o §1º do Art. 2º c/c § 1º do art. 3º da Lei 10.192/01, após o transcurso de 12 (doze) meses de vigência; com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado no período.

14.11. A contratada deverá requerer expressamente o reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

14.12. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

14.13. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;

b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;

c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

14.14. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

14.15. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato que consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, será de responsabilidade de servidor ou comissão de servidores pertencente(s) ao quadro do TRE/MS, designado(s) para esse fim, o(a) qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

15.2. A fiscalização tem autoridade para exercer toda e qualquer orientação geral durante a execução contratual.

15.3. As relações entre o Contratante e a Contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

15.4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte operacional dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência, deste Contrato e demais anexos, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões do Contrato, do Termo de Referência e os anexos que fazem parte integrante deste Termo.

15.5. Ao identificar algum descumprimento ou cumprimento em desacordo com as obrigações assumidas, a Fiscalização deverá emitir comunicado escrito, via fax/e-mail, desde que comprovado o efetivo recebimento por meio de atesto da contratada, registrando as suas orientações e solicitações, e estabelecendo, sempre que pertinente, prazo para correção de qualquer inconformidade.

15.5.1. Depois de transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

15.6 Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitadas as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a Fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

15.7. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 30 dias de antecedência da ocorrência de fato, quando previsível.

15.7.1 A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não houver previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e que fujam das possibilidades de ajustes previstas nos referidos instrumentos.

15.8. A fiscalização é responsável pela requisição formal de documentos necessários ao pagamento da Contratada, sempre que a Contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidos ou venham a vencer antes do pagamento.

15.9. A fiscalização deverá atestar a nota fiscal dos serviços, verificando a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do Contratante, procedendo à prévia solicitação de correção, por meio escrito, com recibo da empresa, caso seja necessária.

15.10. A fiscalização deverá manter em arquivo o controle de prazos, saldos contratuais e saldo de empenho, por ventura existente, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

15.11. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência, prioritariamente as disciplinadas no seu Capítulo XII.

15.12. Verificada alguma falha na prestação do serviço, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

16.1. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

16.2. Promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

16.3. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

16.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

16.5. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

16.6. Prestar as informações necessárias solicitadas pela contratada para a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

17.1. Executar os serviços na forma e prazos determinados neste Contrato e no Termo de Referência.

17.2. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Contrato.

17.3. Prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviços.

17.4. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização do TRE, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.

17.5. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica.

17.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

17.7. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a realização dos serviços, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.

17.8. Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.9. Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

17.10. Não subcontratar no todo, o objeto do presente contrato, respondendo a contratada perante a contratante pela execução total do objeto e não haverá qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da contratante é plena, legal e contratual.

17.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES

18.1. Configurado o descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena da aplicação das sanções estabelecidas abaixo, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

18.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

18.2. Será aplicada **Advertência** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções das obrigações;
- b) falhas durante a execução do fornecimento/prestação dos serviços, não corrigidas até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

18.3. Será aplicada **Multa**, da seguinte forma:

- a) de **0,05%** (meio décimo por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, devido a **falha na comunicação** entre a contratada e o TRE/MS, decorrente da falta de acesso diário do endereço eletrônico;
- b) de **0,2%** (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de **atraso no início dos serviços; na entrega de insumos ou de equipamentos, assim como na instalação destes**, limitada a sua aplicação a 15 dias, sendo, após esse prazo, caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, mediante análise da Administração;
- c) de **3%** (três por cento), por dia de **suspensão/paralisação dos serviços por falta de materiais e insumos**, calculado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 3 dias. Após o terceiro dia a multa diária passará a 4% até o quinto dia; após o quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- d) de **5%** (dois por cento), do valor mensal da contratação, por ocorrência de **atraso na reposição de material, insumos ou equipamento** requisitado pela fiscalização, sem prejuízo da glosa decorrente da(s) ocorrência(s) contidas no Acordo de Nível de Serviço.
- e) de **1%** (um por cento) do valor total contratado, caso ocorra mais de 3 (três) advertências por escrito referente a mesma falha, ou mais de 5 advertências no computo geral da contratação, ou ainda, caso ocorra descumprimento de cláusulas contratuais.
- f) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso a empresa **deixe de emitir ou encaminhar documento imprescindível ao pagamento**;
- g) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso **não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em Lei;
- h) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor mensal do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização, sem prejuízo das glosas previstas no Acordo de Nível de Serviço.
- i) de **30%** (trinta por cento) do valor total do contrato caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o Contratante a rescindir o contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

18.3.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em **2/3, ½ ou 1/3**.

18.3.2. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

18.3.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

18.3.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

18.3.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

18.3.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

18.3.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

18.3.8. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

18.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- d) não mantiver a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

18.5. Será aplicada **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO**, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o Contratante, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

18.5.1 A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a *Contratada* venha a ressarcir o Contratante pelos prejuízos eventualmente causados.

18.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação, encaminhado à autoridade superior do Contratante.

18.7. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

18.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. A rescisão do presente *Contrato* somente ocorrerá nos casos estritamente previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

19.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, **mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias**, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) **Amigável**, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecido no §1º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) **Judicial**, nos termos da legislação vigente.

19.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS FUNDAMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

20.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

20.3. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, **a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema** para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

20.4. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida.

20.4.1. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

20.5. A substituição do endereço eletrônico utilizado pela contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. O foro da Justiça Federal, em Campo Grande/MS, na forma da lei, é o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, lavra-se o presente Termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande/MS, xxx de xxxx de 2019.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxx
Representante legal da empresa
xxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 08/05/2019, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0654115** e o código CRC **1FD37CC7**.